ACADEMIA MILITAR “MARECHAL SAMORA MACHEL”

ROIS GRILO NARCISO

(Reconhecimento de Tropas)

**AULAS PRÁTICAS DE CAMPO NA FORMAÇÃO DE COMANDANTES DE
PELOTÕES DE RECONHECIMENTO NA ACADEMIA MILITAR “MARECHAL
SAMORA MACHEL” (2014-2015)**

Nampula

2016

ROIS GRILO NARCISO

Especialidade: Reconhecimento de Tropas

**Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na
Academia Militar “Marechal Samora Machel” (2014-2015)**

Trabalho de conclusão de curso como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em ciências militares na especialidade de Reconhecimento de Tropas submetido a Academia Militar “Marechal Samora Machel”

Supervisor: Manuel Tieque (Major)

Nampula

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rois Grilo Narciso

Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar “Marechal Samora Machel” (2014-2015)

Trabalho de conclusão de curso como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em ciências militares na especialidade de Reconhecimento de Tropas submetido a Academia Militar “Marechal Samora Machel”

Aprovado em _____ de _____ de 2016

MESA DE JÚRI

O SUPERVISOR

O OPONENTE

(Major Manuel Tieque)

(Major Gustavo Siteo)

O PRESIDENTE

(Coronel Armando Simione)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que o presente Trabalho de Investigação Aplicada é resultado da minha própria pesquisa e da orientação do meu supervisor, o seu conteúdo é original e todas fontes consultadas são devidamente mencionadas no texto e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.

Nampula, aos _____ de _____ de 2016

Rois Grilo Narciso

(Aspirante-à-oficial)

EPÍGRAFE

“O conhecimento dirige a prática; no entanto, a prática aumenta o conhecimento.”

Thomas Fuller

DEDICATÓRIA

Em memória a meu pai

Francisco Grilo Narciso pela motivação e confiança

A minha avó

Francisca dos Anjos Pinto Romão pela brilhante educação e ensinamentos

AGRADECIMENTOS

A minha mãe *Henriqueta do Romão Sibambo* e madrastra *Joana de Melo Narciso* que incansavelmente lutaram para a minha educação e formação académica e por tudo quanto tem feito para a minha progressão profissional.

Aos meus familiares em geral pelo apoio, motivação e confiança que depositaram em mim.

Ao meu tio *Francisco João* e primo *Luércio Mucheda* pelo acolhimento e todo apoio que proporcionaram-me.

Ao meu supervisor *Manuel Tieque* (major) pela tamanha paciência e acompanhamento durante a realização deste trabalho.

A minha companheira *Anguista Artur* por manter-se presente em todos os momentos, quais sejam bons e ruins da vida, mesmo sujeitando-se a distância que nos separa.

Aos meus colegas e amigos da Academia Militar, em especial aos colegas da especialidade de Reconhecimento de Tropas pelo acolhimento, motivação, espírito de corpo e companheirismo durante todo o processo de formação nesta instituição de ensino.

Ao Centro de Informações Militares – Mabote na pessoa do seu comandante *Zeca Mulatinho Cebolinho* (coronel) pelo acolhimento, ensinamentos e experiências transmitidas.

Aos amigos, *Edson, Sousa, Eulalia, Dilvan* e outros por aquilo que são e foram para mim durante o meu percurso académico, pelas críticas, conselhos, confiança e acima de tudo pelo apoio e a todos que directo ou indirectamente mantiveram-se ao meu lado.

A TODOS, O MEU MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Este trabalho de investigação subordina-se ao tema: Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar “Marechal Samora Machel” (2014-2015) e ao problema: Que factores contribuem para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar? O problema surge por se verificar a insuficiência de aulas práticas durante o processo de formação de futuros comandantes de pelotões de reconhecimento nesta instituição. O trabalho foi elaborado, baseando na forma como são desenvolvidas as aulas práticas de campo no Centro de Informações Militares - Mabote. De forma a analisar a forma como são desenvolvidas aulas práticas na Academia Militar, usou-se o método indutivo baseando-se no tipo de pesquisa exploratória, empregue numa abordagem qualitativa, com base no procedimento bibliográfico. Na tentativa de buscar respostas ao problema, foram destacadas 2 (duas) hipóteses e os resultados mostram que a causa da insuficiência de aulas práticas nesta academia deve-se ao défice no material de instrução, equipamento de treino militar, dificuldades na aquisição do asseguramento técnico e material e a falta de planificação dessas aulas. Assim, sugeriu-se uma revisão curricular, aquisição e actualização de meios de instrução e de geolocalização.

Palavras-chave: Aula prática, Formação, Método, Reconhecimento

ABSTRACT

This research work has as its theme: Field practical classes in formation reconnaissance platoon commanders at the Military Academy (2014-2015) and as a problem: What factors contribute to the lack of field practical classes in the training platoon commanders' recognition in Military Academy? The problem arises by pointing to the lack of practical classes during the process of formation of future commanders of reconnaissance platoon in this institution. The study was conducted, based on the way they are developed the field of practical classes in the Military Information Center – Mabote. In order to analyze how they are developed practical classes at the Military Academy, he used the inductive method based on the type of exploratory study used a qualitative approach, based on the bibliographic procedure. In an attempt to find answers to the problem were highlighted two (2) cases and the results shows that the causes of insufficient practical classes this academy is due to the deficit instructional materials in military training equipment, difficulties in acquiring the assurance technical and logistical and lack of planning of these classes. Thus, it was suggested a curriculum review, acquisition and updating of instructional media and geolocation.

Key words: Practical classes, Training, Method, Reconnaissance

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM – Academia Militar

EM – Escola Militar

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FMG – Formação Militar Geral

GPS - Global Positioning System

LR2O – Livro de Registro dos Resultados da Observação

PCO – Posto de Comando e Observação

P.O – Posto de Observação

Rec-to – Reconhecimento de tropas

ROT – Relatório da Observação Terrestre

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Amostra.....	45
Tabela II: Relação entre universo da pesquisa, amostra e as técnicas de pesquisa.....	45
Tabela III: Respostas da pergunta sobre a responsabilidade da realização de aulas práticas.....	51
Tabela IV: Respostas da pergunta sobre a natureza da não realização de aulas práticas.....	52
Tabela V: Respostas da pergunta sobre o impacto do volume de cadeiras leccionadas.....	53
Tabela VI: Respostas da pergunta sobre os exercícios de campo.....	55
Tabela VII: Respostas da pergunta sobre o papel das munições de salva.....	56

LISTA DE FIGURAS

Figura I: Vista aérea da Academia Militar	47
Figura II: Vista frontal da Academia Militar	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO I: REVISÃO DE LITERATURA	19
1.1. CONCEITOS RELEVANTES AO TEMA	19
1.1.1. Aula.....	19
1.1.2. Aula prática.....	20
1.1.3. Formação.....	21
1.1.4. Instrução militar.....	21
1.1.5. Método	22
1.1.6. Reconhecimento.....	22
1.2. AULAS PRÁTICAS DE CAMPO.....	24
1.2.1. Generalidades.....	24
1.2.2. Aulas práticas de reconhecimento no campo.....	25
1.3. AULAS PRÁTICAS COM MÉTODOS DE RECONHECIMENTO	26
1.3.1. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Observação.....	26
1.3.2. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Busca.....	29
1.3.3. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Emboscada	31
1.3.4. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Incursão.....	33
1.3.5. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Reconhecimento pelo combate	34
1.4. O EMPREGO DE MUNIÇÕES DE INSTRUÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA	36
CAPITULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
2.1. METODOLOGIA	38
2.2. ABORDAGEM DA PESQUISA	39
2.3. TIPO DE PESQUISA.....	40
2.3.1. Quanto aos objectivos.....	40
2.3.2. Quanto a abordagem	40
2.3.3. Quanto aos procedimentos técnicos.....	41
2.4. TÉCNICAS DE COLECTA DE DADOS	42

2.4.1.	Observação participante.....	42
2.4.2.	Entrevista	43
2.4.3.	Questionário.....	44
2.5.	UNIVERSO E AMOSTRA.....	45
2.5.1.	Universo ou população	45
2.5.2.	Amostra.....	46
CAPITULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS		48
3.1.	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA.....	48
3.1.1.	Breve Historial da Academia Militar.....	49
3.3.	CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES	59
CONCLUSÕES.....		61
SUGESTÕES.....		62
BIBLIOGRAFIA.....		63
APÊNDICES		65

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento de novas formas de combate e de forma a acompanhar os avanços e inovações dos seus meios criam-se academias militares nos vários países do mundo, em maior parte, destinadas a formar oficiais cuja característica comum é a de servir de comandantes das diferentes forças existentes, quer seja no espaço terrestre, aéreo e marítimo.

A exemplo disso, surge a Academia Militar (AM) “Marechal Samora Machel”, herdeira dos ideais do seu patrono Samora Machel e nascida da extinta Escola Militar (EM), visando formar oficiais de quadro permanente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Criada pelo decreto nº 62/2003 de 24 de Dezembro, do Conselho de Ministros, esta é uma Instituição de Ensino Superior virada no desenvolvimento de actividades de ensino, investigação e acima de tudo ao apoio a comunidade.

Por ser uma Instituição de Ensino Superior, ingressam nesta AM, cidadãos moçambicanos, militares ou civis, que já tenham concluído o ensino secundário geral ou equivalente, com idades até aos 21 anos (para civis) e 24 anos (para militares). Dentre outros requisitos constam a situação militar regularizada, aptidão física para responder as diferentes exigências no campo militar e terem passado a todos testes submetidos para a sua admissão. Todos estes requisitos concorrem para que todos admitidos a frequentar a esta AM disponham de condições necessárias para a efectivação de um bom desempenho durante todo o processo de estadia e formação.

Esta academia dispunha até o aos ingressos de 2015 de 12 especialidades dos diversos ramos das FADM, dentre elas a especialidade de Reconhecimento das Tropas (Rec-to). Esta especialidade, assim como as outras, dispõe de aulas de especialidade a partir do segundo ano de formação o que implica que os cadetes cursando esta especialidade são leccionados cadeiras de especialidade partindo do seu segundo ano. Esta é uma especialidade que requer muita prática no campo, o que irá permitir uma formação eficaz e eficiente a todos formandos de modo a responder com as necessidades das FADM. Contudo, desde o ano da sua introdução nesta AM, tem-se verificado que durante o processo de formação, os cadetes são não submetidos a aulas práticas de campo com frequência, de modo a aplicar todos os conhecimentos adquiridos na sala de aula num campo prático.

O presente trabalho de investigação aplicada subordinado ao tema “*Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar Marechal Samora Machel*”, visa desenvolver um estudo do impacto que advém da realização das aulas práticas durante o processo de ensino e aprendizagem nesta AM.

O presente trabalho apresenta o tema proposto por se verificar insuficiência de aulas práticas durante todo o processo de formação de quadros da especialidade de Rec-to na AM. Esta especialidade carrega consigo diversas actividades e missões que só deverão ser cumpridas com êxito explorando o meio prático e o campo durante a formação.

O reconhecimento, de um modo geral, é toda actividade do comandante que visa a busca de dados ou notícias sobre o terreno, inimigo e das condições meteorológicas de modo a manter oportuna a tomada de decisão do comandante do escalão superior. Em outras palavras, importa referir que toda decisão tomada, quer sob ponto de vista estratégico, operacional e tático, sofre grande influência da realização do reconhecimento.

As guerras modernas são grande exemplo da efectivação do reconhecimento, as quais baseiam-se necessariamente na busca de informações de carácter sigiloso e oportuno entre os beligerantes. Porém, no Estado moçambicano ainda predominam as guerras de guerrilha, onde a realização do reconhecimento é ininterrupta e primordial, visando buscar todo tipo de dados e notícias sobre o potencial inimigo e o carácter das suas acções. Pode-se até afirmar que não combate um inimigo não reconhecido.

A realização do reconhecimento baseia-se em vários métodos, quais sejam activos e passivos, os quais requerem muito treino prático para a sua efectivação. Isto quer dizer que os formandos devem de forma constante aprimorar diversas formas de realização do reconhecimento através dos vários métodos dispostos. O pesquisador, sendo formando do primeiro curso de Rec-to da AM, viu terminar o ano lectivo sem realizar nenhum dos métodos activos da realização do reconhecimento, o que levou o mesmo a propor o seguinte tema e a pesquisar sobre os factores que concorrem para que se verifique tal fenómeno.

As aulas de reconhecimento caracterizavam-se essencialmente em aulas teóricas, onde os cadetes eram apenas submetidos a aulas práticas do final de cada semestre. De um modo geral, as aulas práticas tinham lugar no campo prático de Anchilo e só eram realizadas no período de

campanhas ou manobras militares. Com isto não havia tempo suficiente para restringir a realização de aulas práticas de reconhecimento, isto porque os cadetes de todas especialidades estavam sujeitos a realizar aulas de tronco comum, como a tática, tiro, topografia militar, navegação entre outras.

Do tempo de realização da manobra militar, apenas 28,5% do tempo era destinado a realização de aulas de especialidade, ou seja, apenas 2 dos 7 dias que se ficava no campo. Este fenómeno carrega consigo contornos não muito positivos pois, levava-se muito tempo com aulas repetitivas de tronco comum e as aulas de especialidade são praticamente deixadas em última instância.

A exemplo disso, o método de reconhecimento observação foi introduzido e estudado no segundo ano de formação. Durante este período foram vistos os fundamentos da sua organização e realização, e os cadetes desta especialidade estavam dotados de conhecimentos teóricos deste método. No final de tudo, esperava-se que se disponibilizasse material e tempo para efectivar a prática do mesmo, o que só viera a acontecer somente no final do terceiro ano de formação. Com isto, os outros métodos de reconhecimento como a busca, emboscada, incursão e reconhecimento pelo combate, as aulas caracterizaram-se apenas por teóricas, surgindo assim a seguinte inquietação: *Que factores contribuem para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar?*

De uma forma geral, pretende-se com o trabalho, identificar os factores contribuintes para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na AM, o que constitui o objectivo geral do mesmo.

De forma a alcançar esse objectivo, determinou-se três objectivos específicos, os quais são tidos como os seguintes:

- Demonstrar de forma breve e concisa a realização de aulas práticas de campo com a especialidade de Rec-to;
- Ilustrar a importância do emprego de munições, principalmente as de salva, na condução das diferentes tipologias de aulas práticas de campo;

- Propor medidas que possam servir de solução para a realização de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento.

Partindo do princípio que todo trabalho científico surge de um problema identificado e verificado como solucionável, na preparação da pesquisa procura-se possíveis soluções ao problema. Estas soluções são aleatórias e procuram sempre ir ao encontro do objectivo geral do trabalho, as quais necessitam de uma comprovação e validação.

Com o problema já determinado e verificado como solucionável, procurou-se possíveis respostas as quais denominamos por hipóteses:

- A primeira: o fraco asseguramento técnico e material contribui para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na AM.

Variável independente: fraco asseguramento técnico e material.

Variável dependente: insuficiência de aulas práticas de campo.

Indicador: Não assimilação de conteúdos teóricos.

- A segunda: o excessivo número de cadeiras leccionadas durante o ano lectivo na AM contribui para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento.

Variável independente: excessivo número de cadeiras.

Variável dependente: insuficiência de aulas práticas de campo.

Indicador: défice na carga horária.

No concernente a forma metódica como foi elaborado o trabalho, este apresenta como tipo de pesquisa, a pesquisa exploratória que tem como objectivo familiariza-se com o tema, baseando em entrevistas a pessoas com experiencias relativamente ao tema. Para a abordagem do problema, usou-se o método qualitativo por permitir o uso de tabelas e não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise do problema. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica pois foi feita com base em obras e materiais com argumentos relativamente ao tema e, como métodos de abordagem no método indutivo pois partiu de dados particulares constatados, inferindo-se uma verdade geral.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, optou-se por usar técnicas de colecta de dados a observação participante, a entrevista e o questionário, isto porque a observação participante permite a maior familiaridade com o problema, a entrevista permite obter dados e ideias de pessoas com experiencias relativamente ao tema e o questionário por poder atingir maior número de pessoas mesmo estando essas dispersas ou distantes.

Como universo, a pesquisa irá abranger todos estudantes do segundo e terceiro anos, aspirantes, docentes militares, todos da especialidade, e outros militares responsáveis pelo planeamento e direcção de aulas práticas de campo. Por sua vez a amostra ira compreender um total de 25 militares de todo esse efectivo, desde officas da direcção pedagógica, da planificação, docentes militares, aspirantes e estudantes.

A elaboração deste trabalho obedeceu as normas estabelecidas e aceites nesta instituição de ensino, estando organizado em 3 (três) capítulos, e todas obras consultadas e citadas estão igualmente mencionadas na bibliografia final.

CAPITULO I: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo pretende-se proceder com uma análise comentada do que já foi escrito sobre o tema da pesquisa procurando mostrar os pontos de vista convergentes dos autores.

Parte-se do princípio que todo trabalho tem uma determinada gênese, um princípio, algo que já foi dito e abordado no passado o sobre o tema em estudo, enfim, todo trabalho nunca começa de ‘estaca zero’. Mesmo em pesquisa exploratórias, tem sempre um argumento que já foi defendido no passado que importaria uma análise para poder fundamentar o que será defendido ‘*a posteriori*’.

A revisão de literatura consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica. (LAKATOS & MARCONI, 2003)

SILVA & MENESES (2001) ainda sustentam afirmando que neste capítulo, o pesquisador realiza uma análise comentada do que já foi escrito sobre o tema de sua pesquisa procurando mostrar os pontos de vista convergentes e divergentes dos autores.

1.1.CONCEITOS RELEVANTES AO TEMA

1.1.1. Aula

Segundo LIBANEO (1994), aula é a forma que predomina o processo do ensinar e aprender, onde se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, actividades e convicções, desenvolvendo assim, competências nos âmbitos profissional e pessoal.

Pode-se de certo modo entender a aula como o elo de ligação entre o educador e o educando durante o processo de ensino e aprendizagem, a forma como são transmitidos os ensinamentos e ministrados os conhecimentos.

Ainda se define aula como o conjunto de meios e condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino e aprendizagem em função da actividade própria do aluno no processo de aprendizagem escolar, ou seja a assimilação consciente e activa dos conteúdos. (LIBANEO, 1985)

Para Aurélio (2004), aula é explanação proferida por professor ou por autoridade competente perante um grupo de alunos ou um auditório.

“Cada aula é uma situação didáctica específica e singular, onde objectivos e conteúdos são desenvolvidos com métodos e modos de realização da instrução e do ensino, de maneira a proporcionar os alunos conhecimentos e habilidades, expressos por meio da aplicação de uma metodologia compatível com a temática estudada.” (TAKAHASHI & FERNANDES, 2004)

1.1.2. Aula prática

A aula compreende a forma como predomina o processo de ensino e aprendizagem, onde se criam condições para que os alunos assimilem conhecimentos, ou seja, o conjunto de meios e condições onde o professor dirige e estimula o processo de ensino e aprendizagem.

Por sua vez, prática virá a ser tudo que diz respeito a acção humana, isto é, a transformação intencional da realidade pelos homens. Isto implica portanto, um desígnio, um fim do estado real, ao qual se aplica a acção (MALGAVIRE, 1995).

As aulas práticas permitem que os estudantes despertem curiosidades e aprendam como abordar objectivamente o seu mundo e como desenvolver soluções para diversos problemas. Estas podem ajudar no desenvolvimento de conceitos científicos, podendo através delas definir-se a dinâmica dos acontecimentos.

LUNETTA (1991:26) afirma que *“as aulas práticas podem ajudar no desenvolvimento de conceitos científicos, além de permitir que os estudantes aprendam como abordar objetivamente o seu mundo e como desenvolver soluções para problemas complexos”*.

De um modo geral as aulas práticas podem servir estratégia de alguns professores pois estas, permitem retomar um assunto já abordado pelo professor e, por conseguinte construir uma nova visão sobre o tema pelos alunos.

HODSON (1998) sustenta que as actividades práticas também podem ser feitas através de trabalhos de campo, computadores e estudos em museus.

Na visão deste autor, importa-nos olhar para os trabalhos de campo, que por sua vez são uma estratégia que permite aos alunos adoptarem novas concepções sobre os assuntos abordados na sala de aula e darem espaço a novas discussões relativamente ao tema. As aulas práticas de campo permitem ainda despertar e manter o interesse dos alunos, desenvolver habilidades e capacidades de resolver problemas e compreender conceitos básicos.

As aulas práticas de campo permitem a maior observância de alguns fenómenos que outrora não poderiam ser observados numa sala de aula, ou durante a explanação de um professor ou instrutor. Estas por sua vez, despertam a curiosidade e conseqüente interesse por parte dos alunos, permitindo maior compreensão do tema e melhorando a exposição de ideias e opiniões.

1.1.3. Formação

Para PILETTI (1997), formação é o conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer área.

De um modo geral, define-se formação como sendo um conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e forma de comportamento exigidos para os exercícios das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividades.

Segundo este autor, a formação tem dois objectivos principais: a adaptação e a mudança. Olhando para estes objectivos, assume-se que a formação tem a intenção de permitir adaptar os formados as condições de trabalho, provindos do do contexto das unidades militares.

Num ambiente de mudanças aceleradas, o sucesso profissional resulta de um processo permanente de adaptação das instituições às mutações ocorridas no meio, de forma a alcançar objectivos estratégicos previamente definidos. Neste contexto a formação profissional assume uma posição relevante, assumindo-se como uma realidade a para assegurar a qualidade dos profissionais e o património da instituição.

1.1.4. Instrução militar

Instrução militar é toda *“actividade destinada a fazer despertar e desenvolver no Homem as qualidades físicas e morais e os conhecimentos técnicos profissionais que o transformam em soldado apto para luta”*. (SOARES & ADELINO, 1962:24)

Importa referir que compreende a instrução militar propriamente dita, a educação física e a educação moral.

A instrução geral, esta se destina a desenvolver no pessoal militar os conhecimentos técnicos e tácticos elementares, que abrangem as matérias de carácter geral comuns a todos os ramos,

bem como a assuntos elementares à Arma ou Serviço para os quais o instruendo é destinado. Nos programas de instrução de mobilização são estabelecidos os padrões mínimos a atingir.

1.1.5. Método

Etimologicamente, a palavra método deriva do radical grego *methodos* que significa “caminho para chegar a um fim”, ou seja, de uma forma geral, define-se o método como a forma ou caminho para se chegar a um determinado fim ou objectivo.

LAKATOS & MARCONI (2003), olham para o método como o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar um determinado objectivo (conhecimentos validos e verdadeiros), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista ou pesquisador.

Aurélio (2004) também define o método como sendo o caminho pelo qual se atinge um objectivo.

No contexto de reconhecimento, denomina-se método a acção orientada, das forças e meios dos órgãos de reconhecimento, para obtenção das notícias de reconhecimento.

Os principais métodos de reconhecimento são: *observação, busca, emboscada, incursão e o reconhecimento pelo combate.*

1.1.6. Reconhecimento

A base de todas decisões tomadas e dos planos operacionais depende fundamentalmente do conhecimento do inimigo e das características da área de operações. O processamento e a difusão de todos os dados que garantam esse conhecimento e feito pelos serviços de informações militares. Por sua vez, define-se informação militar como o “conjunto de actividades que tem por finalidade o conhecimento do inimigo provável ou actual e da área de operacoes obtido através da pesquisa, estudo a interpretação de notícias” (MANUAL DE INFORMAÇÕES [MI], cap. I).

Por informação militar entende-se ainda como o conhecimento que diz respeito a expressão militar do poder nacional, possibilitando, em tempo de paz, o planeamento e a execução de medidas necessárias a segurança nacional e, em tempo de guerra, a condução das operações militares (C 20-1, 2003).

Os estudos relacionados com as informações militares devem permitir informar o comandante acerca das possibilidades e vulnerabilidades do inimigo, da probabilidade relativa de adopção das possibilidades do inimigo e a influência das características da área de operações sobre as possibilidades do inimigo e sobre o cumprimento de uma dada missão.

O Reconhecimento é *“toda a missão realizada com o fim de se obterem, por observação visual ou qualquer outro método, informação sobre o inimigo, terreno, condições meteorológicas, população e outras características da área de operações”* (RC 130-1, 2005:12-36).

De acordo com as possibilidades da unidade, o reconhecimento pode-se realizar na profundidade do inimigo, e é conduzido continuamente para frente, para os flancos e para a retaguarda. As subunidades de reconhecimento são praticamente integradas em todas as unidades, de modo a realizarem especificamente acções de reconhecimento a fim de ajudarem na tomada de decisão pela unidade do escalão superior.

Para SOARES & ADELINO (1962:436), o reconhecimento é o *“esforço orientado que em campanha se realiza para colher notícias sobre o inimigo, as condições meteorológicas, o terreno ou determinados recursos”*.

Deste modo, cabe ao comando a responsabilidade de todas acções do reconhecimento, em qualquer escalão, desde o início, manutenção ate ao fim de todas actividades. Por sua vez, cabe as unidades e ao pessoal de reconhecimento, no plano do Estado-maior, a responsabilidade derivada do planeamento, das atribuições de missões, da instrução e inspecção. A orientação e coordenação destas actividades é responsabilidade do oficial das informações.

Todas as operações de reconhecimento exigem para a sua eficaz realização, a liberdade de manobra e uma mobilidade superior à do inimigo, onde o comandante da unidade tem a responsabilidade de iniciar e manter as acções de reconhecimento. Para que tal se verifique, é preciso que as forças empenhadas na realização do reconhecimento disponham de uma boa preparação e conhecimento de meios e técnicas, facto que poderá ser observado explorando o campo pratico ininterruptamente.

No que concerne aos tipos, o reconhecimento sob ponto de vista operacional divide-se em *Reconhecimento Terrestre* e *Reconhecimento Aéreo*. Porém, importa-nos olhar apenas ao

reconhecimento terrestre pelo fato de se tratar do reconhecimento que se realiza a tropas em terra e operações executadas em espaço terrestre.

“A fim de que se possa assegurar a obtenção do maior volume de notícias, o esforço de reconhecimento terrestre é levado tão longe quanto possível e desenvolvido em profundidade, de acordo com as possibilidades das diversas unidades que nele intervêm” (RC 130-1, 1987:5-9).

Ainda segundo o RC 130-1 (1987), considera-se modalidades de reconhecimento terrestre as seguintes:

- *Reconhecimento afastado* – realizado por unidades blindadas de reconhecimento e sob apoio das acções do reconhecimento aéreo, são forças de composição equilibrada capazes de actuar em frentes muito extensas.
- *Reconhecimento próximo* – este pode ser realizado por diferentes forças como da infantaria, blindados, artilharia e engenharia, é constante e intensivo quando se está em contacto com inimigo e durante o combate. Pode-se realizar na primeira linha de resistência inimiga e a força que o realiza mante-se dentro da distância determinada pelo escalão superior de modo a permitir seu apoio. As patrulhas desempenham um papel importante nesta modalidade de reconhecimento terrestre.
- *Reconhecimento pelo combate* – também conhecido como o último recurso de obtenção de dados sobre o inimigo e considerado como um dos métodos de reconhecimento, neste usa-se o combate como meio de obtenção de notícias do inimigo sem que ele se aperceba.

Esta modalidade inclui:

“O **Reconhecimento pelo Fogo** que consiste em bater uma possível posição inimiga, a fim de provocar, por parte do inimigo, uma reacção, movimento ou fogo que revele a sua presença [...] O **Reconhecimento em Força**, que consiste, normalmente, num ataque de «objectivo limitado», realizado por uma força de volume apreciável, com o fim de pôr à prova a resistência do inimigo e de obter elementos da sua ordem de batalha” (RC 130-1, 1987:5-9).

1.2.AULAS PRÁTICAS DE CAMPO

1.2.1. Generalidades

Campo, segundo Aurélio (2004), é “*uma extensão de terra sem mata que tem, ou não, árvores esparsas*”, mais ou menos plana, destinada a pastagens de gado ou ao cultivo agrícola. O conceito de campo é bastante extensivo e relativo, mas importa olhar para este conceito de uma forma restringida como o local, seleccionado e preparado, para executar aulas práticas.

As aulas práticas, de um modo geral, podem decorrer em laboratórios (como por exemplo para o caso de ciências experimentais), computadores (ciências computacionais), museus (história ou ciências naturais) e num determinado campo (para o caso de aulas que requerem demonstrações, estudo sobre certos objectos do terreno, etc). Estas permitem de forma mais objectiva, desencadear um estudo mais amplo e aprofundado sobre a matéria abordada durante as aulas teóricas e contribui para maior desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos.

“As actividades práticas que não se limitam a ter um formato roteiro de instruções, com o qual os alunos chegam a uma resposta esperada, podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades importantes no processo de formação do pensamento científico e auxiliar na fuga do modelo tradicional de ensino, em que o aluno é um mero expectador e não participa no processo de construção do seu conhecimento” (LIMA & GARCIA, 2011).

As actividades práticas de campo permitem, de um lado exercitar competências intelectuais e do outro, avaliar a efectividade da sua aprendizagem. É através da prática que os conhecimentos se desenvolvem e corrigem.

Partindo do princípio que o campo de batalha é bastante dinâmico, onde as suas características modificam-se de acordo com o tempo e o carácter das acções combativas, no reconhecimento as aulas práticas de campo permitem um bom domínio das melhores formas de proceder num campo real e de forma a acompanhar a dinâmica do campo de batalha. Estas aulas permitem aos instruendos, de uma forma geral, entender quais as dificuldades que poderão advir na execução de certas actividades e missões de reconhecimento assim como manter oportuna a toma de decisão.

1.2.2. Aulas práticas de reconhecimento no campo

As aulas práticas de reconhecimento no campo realizam-se através de métodos, passivos e activos, partindo das acções do soldado reconhecedor no campo de batalha. A planificação dessas aulas é feita consoante o programa da instituição de ensino que lecciona, para o caso da AM, de acordo com o programa de ensino desta academia militar.

O conhecimento dos princípios básicos da táctica são uma das bases para a realização de aulas práticas de reconhecimento no campo pois, em maior parte estas aulas executam-se coordenando estes princípios e os princípios de reconhecimento.

De um modo geral, o dirigente da aula de acordo com o plano, faz deslocar a subunidade para a região de partida e atribui a missão táctica para a realização do reconhecimento.

Atribuída a missão o comandante da subunidade aclara-a, avalia a situação, toma a decisão e emite a ordem combativa. Convencendo-se das acções correctas do comandante da subunidade e do pessoal sobre a assimilação da missão, o dirigente da aula dá a ordem para o início das acções emitindo em simultâneo o sinal para o pessoal agir como o inimigo.

Em seguida, explorando conseqüente a situação táctica, o dirigente da aula faz aperfeiçoar todas as questões de estudo na aula esforçando-se para cada comandante da subunidade dirigir correctamente o seu efectivo e o pessoal a actuar justo e habilmente.

Se o comandante da subunidade comete erros num dos pontos, o dirigente da aula, por intermédio das perguntas suplementares e sugestões, corrige-o e faz com que deste modo escolha uma decisão racional.

1.3.AULAS PRÁTICAS COM MÉTODOS DE RECONHECIMENTO

1.3.1. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Observação

1.3.1.1.Essência da observação

A observação é um dos principais e simultaneamente um dos mais frequentes métodos da realização de reconhecimento.

Para SOARES & ADELINO (1962:192), a observação é a “*actividade essencial para o exercício do comando pela qual se procura apreender pelos sentidos, quer directamente, quer com auxílio de processos especiais, todos os fenómenos que possam fornecer informações sobre a situação do inimigo*” ou das próprias tropas objectivadas nas manifestações de actividade dos dois adversários.

A observação sobre o inimigo e terreno organiza-se e realiza-se em todos os tipos de acções combativas, tempo de dia, em quaisquer estações de ano e em qualquer situação.

Observação é a capacidade de ver o inimigo, quer seja por intermédio de dispositivos electrónicos quer seja por processos ópticos (NOTAS PARA O ESTUDO DAS INFORMAÇÕES, 2004).

Os factores que limitam a observação são a cobertura e os abrigos, as condições meteorológicas apenas limitam a visibilidade (como o caso da chuva e nevoeiro).

Através da observação pode-se determinar a composição do inimigo, lugares da disposição das posições que compõem a sua linha principal de resistência, a profundidade em defesa e reservas, locais de fogo da artilharia, morteiros pesados e defesa antiaérea, construções dos objectos de engenharia, tais como Postos de Comando e Observação (PCO), barragens e campos de minas (obstáculos combinados e modificados).

As aulas práticas de campo com este método começam no local de concentração das forças principais, onde são ministrados aos instruídos os objectivos da aula e como elas irão decorrer. Prontifica-se o material a usar e organizam o aprumo.

Portando suas armas, segue-se o momento em que os instruídos, sob comando do instrutor ou comandante do pelotão, formam duas colunas opostas a fim de proceder com a revista das suas armas assim como verificar a prontidão das mesmas.

Organizados, seguem para o local escolhido anteriormente para proceder com atribuição da missão para cada Posto de Observação (P.O) e os respectivos efectivos. Durante a marcha para a zona de instrução e necessário treinar-se e agir-se segundo o plano do comandante do pelotão ou do instrutor. É neste local onde elabora-se o sistema de observação baseando-se nos locais da disposição dos P.O e dos próprios observadores do terreno. São aqui apresentadas e esclarecidas as duvidas.

Importa referir que o número de P.O e dos observadores depende das missões a cumprir, das subunidades de reconhecimento e das características do terreno. Porém, por se tratar de uma aula, pode-se de forma organizada distribuir os elementos de cada posto de observação consoante o efectivo dos instruídos.

Durante a organização do sistema de observação e necessário atribuir oportunamente as missões, nos P.O, aos observadores, assegurar a comunicação estável destes bem como organizar a recolha rápida de dados de observação e o trabalho com os mesmos dados. Todos os P.O devem ter ligação com o comandante ou Postos de Comando.

Determinados os elementos de cada P.O e seus respectivos comandantes, são distribuídos materiais que serão usados durante a realização da observação, como réguas, marcadores, folhas para registo, binóculos e bússolas. De seguida, o instrutor juntamente com comandante do pelotão, dão a ordem para que se escolha os lugares para o P.O atendendo as regras de sua instalação (locais que possibilitam uma boa camuflagem observação do terreno que se encontra a frente), onde o instrutor passa de seguida para observar o nível de percepção dos elementos de cada P.O esclarecendo duvidas e corrigindo erros.

Escolhidos os P.O, determinam-se os pontos de referência, no terreno, e as distancias até eles; determina-se, no terreno, o sector de observação; divide-se o sector de observação em zonas (próxima, media e distante); determina-se as áreas de visibilidade limitada e por fim dá-se inicio a realização da observação inicialmente com olho desarmado nas zonas próximas e com aparelhos ópticos (binóculos), nas zonas mais distantes.

Aos P.O, não se aconselha que se instalem no cimo das elevações, pelo facto desses lugares despertarem maior atenção por parte do inimigo tornando fácil a sua descoberta. Nestes, constam os seguintes documentos:

- *Esquema dos pontos de referência* – destinados, geralmente, para indicar todos pontos de referência no terreno e a distância até a eles. Descreve-se aqui, o lugar do P.O, particularidades do terreno, o sector de observação e as zonas próxima, media e distante.
- *Livro de registo do resultados da observação (LR2O) ou relatório da observação terrestre (ROT)* – descrevem-se, por meio da observação, todos os elementos e circunstâncias observadas no terreno. O observador de serviço regista as informações sobre o inimigo que tenham sido adquiridas.
- *Esquema ou mapa com os dados de Reconhecimento* – onde constam a situação geral do inimigo e das nossas forças.

Para avaliar o grau de compreensão da aula, o instrutor pode escolher alguns elementos que sirvam de inimigo, organizando-os de modo a executarem algumas actividades no terreno as quais deverão ser observadas e descritas pelos elementos nos P.O.

Dada por terminada a observação, mediante o tempo estabelecido para a aula, o instrutor passa por cada P.O de modo a obter dados da observação, ou seja, cada P.O presta informe ao seu chefe na presença do instrutor e do comandante do pelotão.

A aula termina com o balanço e regresso ao acampamento, onde o instrutor faz lembrar, o tema, objectivos da aula e se de facto estes últimos foram alcançados. Aqui avalia-se as acções dos instruendos e anuncia-se as notas de cada efectivo. Durante o regresso ao aquartelamento, são cumpridas as indicações do comandante do pelotão.

1.3.2. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Busca

Por definição, Busca é a *“actividade sigilosa para a obtenção de dados não disponíveis e protegidos por medidas de segurança estabelecidas por quem os detém”* (C 20-1, 2003:47).

Para a sua execução, exige um pessoal especializado e emprego de técnicas operacionais e em combate, é realizada por meio de processos próprios das operações militares convencionais.

Para SOARES & ADELINO (1962), a busca é o reconhecimento sistemático de uma área determinada, de forma tal que qualquer ponto da mesma tenha sido observado.

Busca é um método de reconhecimento que consiste na aproximação oculta de uma subunidade de reconhecimento a um objecto escolhido e estudado com antecedência com a finalidade de atacar o inimigo de surpresa, capturar e aniquilar suas forças, documentos e material.

Como regra, a busca realiza-se e organiza-se nas condições de contacto imediato com inimigo, em que as nossas forças encontram-se na defesa e preparam-se para ofensiva.

Objectos da busca

- Soldado isolado (observador, sentinela, guarda, atirador de serviço, entre outros)
- Dotação de morteiro
- Pequenos grupos de inimigo na sua linha principal de resistência.

O objecto mais favorável para a busca deve ser o menos protegido pelo fogo do inimigo, que permite acesso a camuflagem e que deve estar colocado na zona menos frequentada e vigiada pelo inimigo. A escolha do objecto da busca deve ainda obedecer a localização nos flancos das subunidades inimigas.

Para a realização da busca, destacam-se subunidades de infantaria motorizada ou de reconhecimento, soldados e sargentos especialmente preparados na composição de secção até pelotão. A composição da subunidade para a busca depende do objecto da busca, como regra, a busca é realizada por um grupo de 6 até 16 homens.

Ordem da realização da busca

A busca pode ser realizada em qualquer terreno e em todas condições meteorológicas. A preparação e realização da busca inclui os seguintes trabalhos:

- Recepção da missão;
- Preparação da subunidade para a busca;
- Ordem de avanço para o objecto e sua captura;
- Assalto ao objecto de busca, captura de prisioneiros e outro material;
- Concentração dos subgrupos após a missão no local posteriormente seleccionado;
- Apresentação do informe sobre o cumprimento da missão.

Subgrupos criados para a busca

- *Subgrupo de avanço ou de observadores* – avança em frente do grupo com a missão de detectar a existência de obstáculos e presença de pequenos grupos do inimigo. Abrir o campo de minas e tomar posições vantajosas de modo a assegurar a penetração de outros subgrupos. É composto por elementos de reconhecimento com boa capacidade de visão e audição e ainda por um sapador.
- *Subgrupo de apoio e fogo* – segue a seguir do subgrupo de avanço com a missão de cobrir com o fogo as acções do subgrupo de assalto. É caracterizado por elementos habilitados no tiro de armas ligeiras e lançamentos de granadas.
- *Subgrupo de assalto* – este tem a missão de atacar e assaltar com maior rapidez e audácia o objecto de busca. Composto por elementos treinados não só no manejo das armas, lançamento de granadas e baionetas, como também no combate corpo-a-corpo.

Na busca os subgrupos cumprem a missão ocultamente e se forem detectados pelo inimigo as suas acções são cobertas pelo fogo de artilharia, morteiros e metralhadoras das nossas forças.

A realização da aula prática com este método também obedece a sequência da realização com os outros métodos até ao local de concentração onde são ministrados os objectivos da aula, determinado o local da realização da busca e o objecto da busca.

Nas acções do grupo destacado para a busca, segue-se primeiro o subgrupo de avanço, depois o subgrupo de apoio e fogo e finalmente o subgrupo de assalto. Chegada a zona indicada (local do objecto), o subgrupo de avanço procura de todas maneiras abrir o campo de minas e ocupar as posições vantajosas que permita os outros subgrupos penetrem no meio deles. Neste momento penetra o subgrupo de apoio e fogo a rastejar (verticalmente, lateralmente ou mesmo rebolando de modo a não permitir sua detenção) e vai ocupar alternadamente posições vantajosas de cobertura ao subgrupo de assalto. O subgrupo de assalto logo ao atingir a linha de posicionamento do subgrupo de avanço, passa a portar suas armas nas costas até superar o subgrupo de apoio e fogo e de modo a facilitar o seu movimento. Todos concentram-se e sob ordem do comandante do pelotão ou grupo, o subgrupo dirige-se de forma camuflada ao objecto e ao aproximar, o comandante emite um sinal anteriormente coordenado para o assalto.

Durante a retirada, sai primeiro o subgrupo de assalto, seguindo o subgrupo de apoio e fogo que deve retirar-se como entrou, isto é, a retirada para este subgrupo é de um para um, alternadamente. Por fim, o subgrupo de avanço deve repor a mina no local onde haviam tirado e passam a seguir o grupo até a um ponto escolhido para um breve balanço. De referir que na retirada todos devem passar pela brecha aberta pelos observadores.

1.3.3. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Emboscada

Emboscada é o *“processo de combate das guerrilhas que tem por fim a destruição de um objectivo em movimento num itinerário determinado”* (SOARES & ADELINO, 1962:523).

Em reconhecimento, consiste na instalação oculta das subunidades de reconhecimento nas vias prováveis de aparecimento do inimigo com a finalidade de atacar de surpresa, capturar suas forças, armamento, documentos e outros.

Este é um dos métodos das tropas que consiste na disposição oculta e antecipada da subunidade de reconhecimento nas vias prováveis de avanço do inimigo com a finalidade de atacá-lo de surpresa e aniquilar suas forças vivas do inimigo, destruir seus meios e capturar documentos.

A emboscada pode ser montada em todos tipos de combate, em qualquer terreno, de dia e de noite e em todas condições meteorológicas. Os subgrupos criados para a emboscada são os mesmos com os da busca, embora com missões particularmente diferentes.

A emboscada pode ser montada e realizada em locais como caminhos, travessias, pontes, entroncamentos, curvas, fontes de água, florestas e outros locais possíveis de aparecimento do inimigo.

São objectos da embosca, soldados isolados, estafetas, portadores de munições e diverso armamento, pequenos grupos do inimigo, automóveis de transporte e logística.

As aulas práticas com este método, decorrem desde o local de concentração do efectivo, onde o instrutor de forma teórica debruça em torno do método, deixando ficar uma síntese e se determina o local para a realização da embosca. O instrutor, ainda neste local, determina e cria os subgrupos para a emboscada e o inimigo.

Ao colocar as missões do grupo destacado para a emboscada indica-se: as informações sobre o inimigo, composição do grupo e meios de reforço, tempo e local da realização das missões e o objecto da emboscada, ordem das acções, antes, durante e depois do cumprimento da missão.

O avanço do grupo ao local da emboscada é atendido pelo estado do inimigo, terreno e na zona determinada para a linha da frente, sendo que a maior atenção está na observação do inimigo.

Nestas condições, o instrutor após acompanhar a instalação da emboscada, informa ao grupo seleccionado para desempenhar o papel do inimigo para se aproximar ou passar do local da emboscada. Com ajuda dos observadores, o grupo da emboscada emite sinais previamente escolhidos para alertar a aproximação do inimigo. Com a chegada deste, após atravessar a zona de morte (local ou área limite onde logo que o primeiro homem ou força inimiga atinge, entra na zona de emboscada e sofre acção do subgrupo de assalto), o subgrupo de assalto ataca e assalta o mesmo, fazendo deste prisioneiro e capturando seu armamento e documentos. A acção deve ser repetida sempre que necessário e sempre mudando o local de modo a preservar a camuflagem da força e do local para a emboscada.

Dependendo do local, escolhe-se locais que tenham caminhos e que permitem uma boa camuflagem e rápida retirada das forças para o local de concentração. Nas várias situações, a emboscada pode ser criada em locais como na primeira linha de resistência do inimigo, em direcções prováveis das acções do reconhecimento inimigo e na profundidade da defesa inimiga.

Voltado ao local de concentração, são deste modo esclarecidas as dúvidas (se houverem), corrigindo os erros e faz-se um breve resumo da aula, verificando se os objectivos foram alcançados. A aula termina com o regresso ao local de aquartelamento, revista e devolução do armamento.

1.3.4. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Incursão

Segundo C20-1 (2003:72), Incursão é uma *“acção ofensiva, normalmente de pequena escala, compreendendo uma rápida penetração em área sob o controle do inimigo, afim de obter informações, confundi-lo ou destruir suas instalações, terminando com retirada planejada”*.

Incursão como método de reconhecimento, consiste no ataque de surpresa a um objecto escolhido e estudado com antecedência com a finalidade de obter mais dados sobre o inimigo, capturar documentos, armamento, destruir P.O, meios de comunicações, técnica de combate, depósitos de combustíveis e lubrificantes e outros locais que podem comprometer a realização de missões pelo inimigo.

Assim como a busca, a incursão tem como base a composição hábil de fogo das armas. O factor surpresa e o ímpeto no uso do golpe termina no combate corpo-a-corpo. Esta também realiza-se desde o contacto imediato com o inimigo na defesa, porém na retaguarda do inimigo pelos órgãos de reconhecimento através da decisão do comandante do escalão superior.

São objectos da incursão: guarnições e soldados isolados, posição de misseis, posto de municiamento, postos de comando e posições de metralhadoras e canhões.

A composição do grupo para a incursão não se difere com o da busca, dependendo do character da missão e da situação do inimigo, geralmente varia de escalão secção a pelotão.

As aulas práticas com este método não se diferem com o conteúdo das aulas com o método de reconhecimento busca, variando apenas no local da realização e da disposição do objecto para a incursão. Na busca o objecto fica na primeira linha de resistência do inimigo enquanto na incursão o objecto fica na profundidade.

Importa referir algumas particularidades na realização da incursão, onde o comandante escolhe pessoalmente o objecto da incursão através do estudo realizado com interrogatórios das pessoas da zona, prisioneiros e pela observação do inimigo. O tempo do seu estudo é muito limitado e não haverá possibilidade de apoio de fogo da artilharia.

A ordem das acções na incursão está em função ou dependerá da localização do objecto a atacar, da composição da subunidade do reconhecimento, das características do inimigo e das condições do terreno. Ocupa-se e camufla-se o ponto de partida, abre-se a passagem nos obstáculos em redor do objecto, procede-se ao ataque e assalto impetuoso do objecto, captura-se prisioneiros, documentos e armamento. Finalmente, sem perder tempo, procede-se uma rápida e organizada retirada.

Caso não haja possibilidade de fazer prisioneiros interroga-se no local e transmite-se os resultados obtidos via radio. Enquanto a busca realiza-se na primeira linha e no intervalo entre flancos que seja menos protegido como também realiza-se quando as nossas forças preparam-se para a ofensiva, a incursão realiza-se na profundidade do inimigo e a sequência do movimento bem como dos subgrupos criados obedecem o mesmo critério da busca.

As acções durante as aulas práticas com este método devem ser repetidas sempre que necessário de modo a aprimorar o conhecimento, o esclarecimento das dúvidas e melhorar as habilidades e capacidades dos instruendos.

1.3.5. Aulas práticas com o método de reconhecimento – Reconhecimento pelo combate

O reconhecimento pelo combate é uma *“modalidade de reconhecimento do Campo de Batalha realizado por forças de efectivo considerável, tendo por missão descobrir e provar a posição e determinar os efectivos que a guarnecem”* (SOARES & ADELINO, 1962:441).

Este consiste em obter dados sobre o inimigo por meio de acções combativas. Recorre-se a este método quando com os outros não há possibilidade de obter dados, ou seja, é o último recurso de obtenção de dados sobre o inimigo.

Este método organiza-se sob decisão do comandante superior na impossibilidade de obtenção de dados sobre o inimigo através de outros métodos, sem revelar as acções das nossas tropas. Este realiza-se antes da passagem para a ofensiva e na defensiva.

O reconhecimento pelo combate antes da passagem a ofensiva não deve ser prolongado durante as suas acções, ao se determinar o sistema real do inimigo, realiza-se a preparação do fogo e as nossas tropas passam para a ofensiva.

Na defensiva, pode ser realizado em varias condições sendo que as mais frequentes, na preparação da defesa quando se espera a ofensiva do inimigo e não se tem dados sobre seu equipamento e tempo de passagem para a ofensiva; e antes do inicio da ofensiva das nossas tropas e quando não se pode obter dados sobre o lugar e a composição do agrupamento principal das tropas.

A composição da força destacada para realizar o reconhecimento pelo combate pode variar de secção ate pelotão dependendo do carácter do terreno e das notícias que se tem sobre o inimigo.

Durantes as aulas com este método, forma-se um pelotão de modo a exemplificar as acções com o inimigo a frente e nos flancos. A força progride em coluna por dois e, em caso de contacto com o inimigo aplacam, determinam de forma rápida a localização do inimigo. Se o inimigo estiver em frente, estas desdobram e respondem com o fogo as acções deste comunicando ao escalão superior sobre a sua composição e armamento. Em caso de ataque em um dos flancos, a força aplaca e responde ao fogo apenas com a coluna do flanco sob ataque, de modo a não empenhar e sobrecarregar toda força. Em caso de houver feridos ou falta de munições, a outra coluna ou secção rende a secção em empenhamento de forma camuflada e rápida, sem parar com o fogo.

Obtidos dados sobre o inimigo, o pelotão em reconhecimento em combate recebe o apoio de fogo da artilharia, procede com a retida e as nossas forças passam para ao ataque.

O campo para a realização deste tipo de aulas deve oferecer características mínimas que simulem camuflagem de tropas, onde se possam desenvolver de forma padronizada todas actividades práticas de reconhecimento. Pode realizar-se assim em terreno denso, escasso ou estepe de modo a interpretar o campo de batalha real.

1.4.O EMPREGO DE MUNIÇÕES DE INSTRUÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA

No processo de ensino e aprendizagem existe a componente material, a qual, na didáctica, é tida como sendo recursos de ensino, definidos como “componentes do ambiente de aprendizagem que dão origem a estimulação ao aluno” (GAGNÉ, 1971 apud PILETTI, 2004). Estes componentes que perfazem os recursos de ensino podem ser o professor, os livros, mapas, objectos físicos, e todo aquele material que pode ser usado de forma a aprimorar a forma de transmissão do conhecimento ou aperfeiçoar a forma como se perceberá a lição a transmitir durante o processo de ensino e aprendizagem.

Em aulas práticas de campo, principalmente no que concerne a aulas praticas militares, os recursos de ensino podem ser, desde o professor ou instrutor, as armas, cartas, bussolas, entre outro material que possa servir de auxílio na compreensão da aula assim como no desenvolvimento de capacidades psicomotoras dos instruendos.

Outro recurso bastante importante na realização de aulas práticas militares em geral e, aulas práticas de reconhecimento em particular, é a munição de salva (ou de instrução). A priori, entende-se por munição a um conjunto de pólvora, cartuchos e projecteis usados para o disparo de uma arma, a fim de causar efeitos de destruição, iluminação dentre outros. De acordo com a sua finalidade e com o tipo de arma, existem vários tipos de munição, desde as munições combativas (PS-43 e T-45), munições de instrução (Pol-1993), munições convencionais simples, única cor ordinária, munições tracejadas na cabeça a cor verde e munições incendiarias.

GOMES (2010), na sua definição, entende a munição como sendo um artefacto completo, pronto para carregamento e disparo de uma arma, cujo efeito desejado pode ser: destruição, iluminação ou ocultamento do alvo; exercício; manejo e outros efeitos especiais.

Contudo, munição de instrução, tal como o próprio nome diz, é um tipo de munição fabricada para auxiliar em exercícios ou aulas práticas de campo, não possuem bala e caracterizam-se por possuir apenas o cartucho e a pólvora. Devido a este facto, estas munições apenas servem para criar o efeito de disparo, não afectando o princípio de funcionamento da arma que baseia-se no uso dos gases de pólvora.

Para SANTOS (2011:G-6), define-se a munição de salva a aquela “*munição sem projectil e destinada unicamente a produzir um efeito sonoro no momento do disparo*”. Por esta razão, esta utiliza-se somente para o treinamento de tropas.

Enquanto com a munição combativa, uma vez incendiada a pólvora produzem gases e pela sua pressão expulsa a bala do cano, parte desses gases são desviados para o tubo de gases através do orifício na parte superior do cano e sobre a parte dianteira do embolo de gás obrigando deste modo o recuo da armadura da culatra, pela pressão causada na mola recuperadora. Outrora, a munição de instrução, por não possuir a bala, não causa esse efeito de recuo através dos gases, pois estes simplesmente são ejetados para fora através do cano. Por esse mesmo facto, quando se usa munições de instrução, a arma perde o carácter automático, precisando ser manipulada sempre para efectuar cada o disparo.

No que concerne a importância do uso deste tipo de munições em aulas praticas já é notável desde o facto de causar o efeito de disparo da arma (ou efeito sonoro), possibilitando maior dinâmica e aproximando a realidade combativa. Os instruendos ficam mais familiarizados com a situação real permitindo que haja mais domínio e se explore capacidades e possibilidades de tomada de decisão de forma mais oportuna.

Ainda por causarem este efeito sonoro, estas munições possibilitam ainda desenvolver situações reais que possam surgir e permitir mais percepção da lição dada, a exploração do ambiente operacional e os instruendos serão capazes de perceber que decisões poderiam ser tomadas para que se possa atravessar uma situação concreta.

Importa ainda enaltecer a criação de acções que de certa forma exemplificam o inimigo com o uso destes recursos, de modo a levar os instruendos a desenvolverem acções que possam responder as acções inimigas criadas e a avaliar o grau da percepção da lição dada.

CAPITULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo está detalhado o material e os métodos utilizados na pesquisa, todos procedimentos que circundam o trabalho assim como foram de forma objectiva, justificadas as razões de escolha de cada método ou procedimento explicando porque os mesmos são adequados. É neste capítulo onde está apresentada uma descrição concisa dos métodos, matérias e técnicas utilizadas desde a pesquisa até a realização do trabalho.

2.1.METODOLOGIA

Etimologicamente, metodologia assim como método derivam do mesmo radical grego, ou seja, do *methodos* “caminho para chegar a um fim” e *lógia* “estudo de”. De uma forma geral, define-se o método como a forma ou caminho para se chegar a um determinado fim e método científico “*como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento*” (GIL, 1999:26).

Para LAKATOS & MARCONI (2003), método é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo (conhecimentos validos e verdadeiros), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista ou pesquisador.

Pode se observar que para que se atinja determinado objectivo, procede-se a determinadas actividades e processos, onde desenvolvem-se conhecimentos e diferentes mecanismos, os quais permitem ao pesquisador desenvolver ideias e tirar conclusões sobre como chegar ao objectivo. Todo esse conjunto de actividades desenvolvidas recebe o nome de método.

Metodologia, segundo BELLO (2007:20), “*é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa*”. Para este autor, é na metodologia onde convém explanar o tipo de pesquisa, o instrumental usado, tempo previsto, ou seja, de uma forma geral, tudo o que se usou durante o trabalho de pesquisa.

A metodologia abrange maior número de itens e surge para responder as perguntas como? Com quem? Onde? Quanto?

Importa ainda referenciar a importância da diferenciação entre falar de metodologia e de método, pois alguns autores defendem que o método é um processo e a metodologia, um estudo de um ou vários métodos.

“A maioria dos especialistas faz, hoje, uma distinção entre método e métodos, por se situarem em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstracção, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua acção nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam” (LAKATOS & MARCONI, 2003).

2.2. ABORDAGEM DA PESQUISA

Quanto a forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa pois esta não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise do problema, assim como não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogéneas.

RICHARDSON (1999:79), afirma que a *“abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenómeno social”*.

Os estudos que empregam a abordagem qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interacção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de certo grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

“A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas, onde o ambiente natural é a fonte direta para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave e ao mesmo tempo analisa seus dados indutivamente” (SILVA & MENESES, 2001).

Outro pormenor que motivou a escolha deste tipo de abordagem é de que no método da abordagem qualitativa existe uma relação muito próxima entre o pesquisador e informante, o que possibilita informações detalhadas. Neste método as inferências são superficiais, descrevendo-se em detalhe o concreto, é comum o uso do gravador para registrar entrevistas e observações para análises posteriores.

RICHARDSON (1999) ainda afirma que esta pesquisa pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características de comportamentos.

2.3. TIPO DE PESQUISA

2.3.1. Quanto aos objectivos

Pesquisa é um *“procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento”* (ANDER-EGG, 1978 apud LAKATOS & MARCONI, 2003:155).

Quanto ao objectivo a pesquisa é exploratória, que teve por objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Com isto, importa referenciar que a pesquisa baseou-se em levantamentos bibliográficos e entrevistas a pessoas com experiências relativamente ao problema.

“Esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Buscam mais informações sobre o que está sendo estudada, envolvendo o levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos” (FACULDADE META, 2012: 74).

GIL (1999) sustenta que as pesquisas exploratórias têm a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Estas são desenvolvidas com o objectivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado facto e é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

2.3.2. Quanto a abordagem

Gil (1999) admite que estes métodos esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos factos da natureza e da sociedade. Estes métodos são desenvolvidos a partir de elevado de abstracção possibilitando ao pesquisador decidir acerca da possibilidade do alcance da sua investigação.

Compõem por sua vez os métodos de abordagem, o método dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialéctico e fenomenológico. Como método de abordagem, o presente trabalho de investigação cingiu-se no método indutivo pois, partiu de dados particulares constatados, inferindo-se uma verdade geral ou universal.

Para GIL (1999:28), o método indutivo “*parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de colecta de dados particulares*”. De acordo com este método a generalização não pode ser buscada aprioristicamente, mas constatada a da observação de casos concretos suficientemente confirmados como dessa realidade.

Outrora, LAKATOS & MARCONI (2003:86) sustentam que “*o objectivo dos argumentos indutivos é de levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam*”. No método indutivo, premissas (factos observados) verdadeiras conduzem apenas a conclusões prováveis, assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer a sua conclusão é, provavelmente verdadeira.

“O método indutivo parte de factos observados para chegar a uma conclusão que contem informações sobre factos ou situações não observadas, sendo que o caminho vai do particular ao geral, dos indivíduos as espécies, dos factos as leis. As premissas que formam a base para a argumentação apenas se referem a alguns casos” (RICHARDSON, 1985:35).

2.3.3. Quanto aos procedimentos técnicos

Os métodos de procedimentos “*constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenómenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenómeno e estão limitadas a um domínio particular*” (LAKATOS & MARCONI, 2003:106).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica.

“*A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos*” (GIL, 1999:65). A escolha deve-se ao facto desta permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente. Foi feita uma pesquisa bibliográfica de forma a trazer fundamentos que possam sustentar os objectivos do trabalho, partindo de obras e materiais publicados que relatam factos relativamente ao tema em estudo.

LAKATOS & MARCONI (2003:183) sustentam afirmando que a pesquisa bibliográfica “*abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo*”. Sua finalidade é de colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito ou dito sobre determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

MANZO (1971) citado por LAKATOS & MARCONI (2003:183), a bibliografia pertinente “*oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente*”. A pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

2.4. TÉCNICAS DE COLECTA DE DADOS

Segundo LAKATOS & MARCONI (2003:174), as técnicas de colecta de dados são “*consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos*”. Estas correspondem a forma como será feita a colecta de dados, e, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, as técnicas usadas na realização deste trabalho são a observação participante, a entrevista e o questionário.

2.4.1. Observação participante

Observação segundo RICHARDSON (1985:261), “*é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenómeno no seu todo ou em algumas de suas partes; é a captação precisa do objecto examinado*”. A observação não é apenas uma actividade difusa na viária, é também um instrumento de pesquisa científica pois serve a um objectivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais.

Segundo GIL (1999), a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os factos são percebidos directamente, sem qualquer intermediação. Assim, a subjectividade, que permeia todo processo de investigação social, tende a ser reduzida.

A observação é tradicionalmente classificada como um método qualitativo de investigação, estando dividido em duas partes: a observação participante e a observação não participante.

No presente trabalho escolheu-se a observação participante de modo a permitir maior familiaridade com o problema, convivência e desenvolvimento de formas de abordagem. “*Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar*” (LAKATOS & MARCONI, 2003:194). Utiliza os sentidos como forma de obtenção de determinados aspectos da realidade, vividas de forma presente ou observadas.

Para GIL (1999:113), a observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada, definindo-a como “*a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo*”. Neste tipo de observação, o pesquisador assume em maioria dos casos, o papel de membro do grupo.

O pesquisador não é apenas um mero observador, mas está inserido no meio onde decorre a pesquisa, vive os fenômenos decorrentes e aborda certos aspectos na primeira pessoa.

Outro motivo de escolha desta técnica de colecta de dados, cinge-se nas suas vantagens pois, a observação: facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos; possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado e por último, possibilita captar as palavras de esclarecimentos que acompanham o comportamento dos observados.

2.4.2. Entrevista

Que segundo LAKATOS & MARCONI (2003:195), “*é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária*”. A entrevista foi do tipo despadronizada ou não-estruturada pois, pretendia-se com ela explorar as questões que se achavam pertinentes.

Para GIL (1999:117), entrevista é a “*técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação*”.

Quanto aos tipos, as entrevistas podem ser estruturadas (ou padronizadas) e não estruturadas (despadronizadas). No presente trabalho, empregou-se a entrevista não estruturada por ser uma forma flexível de investigação, na qual os dados obtidos são susceptíveis de classificação e

quantificação. Neste tipo de entrevista as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Segundo RICHARDSON (1985:208), a entrevista não estruturada, *“em vez de responder a pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema”*.

Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. Este tipo de entrevista procura saber como algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita. A entrevista não estruturada tem por objectivos:

- ✓ Obter informações do entrevistado, seja do facto que ele conhece, seja do seu comportamento;
- ✓ Conhecer a opinião do entrevistado, explorar suas actividades e motivações;
- ✓ Mudar opiniões ou atitudes, modificar comportamentos;
- ✓ Tratar de um problema comum, discutir uma decisão a ser tomada conjuntamente, estabelecer um plano de trabalho ou resolver um problema pessoal pendente entre duas pessoas;
- ✓ Avaliar as capacidades do entrevistado;

Na entrevista não estruturada, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS & MARCONI, 2003).

A entrevista ainda, não exige que a pessoa entrevistada saiba ler ou escrever, e possibilita a obtenção de maior número de respostas, sendo que torna-se mais fácil negar de responder a um questionário do que negar de ser entrevistado.

2.4.3. Questionário

Define-se o questionário como a *“técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões”* GIL (1999:128).

Para LAKATOS & MARCONI (2003:201), “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O pesquisador envia o questionário ao informante e depois de preenchido, o pesquisado devolve-o.

Definido de um modo geral como sendo uma série ordenadas de perguntas dispostas a serem respondidas por pessoas de interesse para o pesquisador. Este deve ser objectivo, claro e limitado de modo a garantir compreensão por parte de quem o responde.

Para esta pesquisa, empregou-se o questionário pelo facto de poder permitir atingir grande número de pessoas, mesmo estando dispersas e implicando assim menores gastos com o pessoal.

O questionário, assim como as outras técnicas escolhidas para a colecta de dados no trabalho, apresenta algumas vantagens das quais destacam-se as seguintes:

- Atinge maior número de pessoas em simultâneo, poupando tempo e obtendo maior número de dados;
- Obtém respostas de forma mais rápida e mais precisa e evita gastos com viagens;
- Permite maior liberdade e segurança devido ao anonimato nas suas respostas;
- Permite maior tempo para responder as perguntas, evitando distorção das respostas, e pelo facto da ausência do pesquisador.

2.5. UNIVERSO E AMOSTRA

2.5.1. Universo ou população

“Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.” (LAKATOS & MARCONI, 2003:223)

Por sua vez, GIL (1999: 99) ainda define universo ou população com um “conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Este termo universo ou população abrange a um grande número de seres ou elementos, os quais tem pelo menos uma característica comum que os define ou identifica.

Como universo, a pesquisa abrange todos estudantes do segundo e terceiro anos, aspirantes, docentes militares, todos da especialidade, e outros militares responsáveis pelo planeamento e direcção de aulas práticas de campo na AM.

2.5.2. Amostra

Consideradas como parte do universo ou população, seleccionada de acordo com uma regra ou plano, ou seja, *“uma porção ou parcela, convenientemente seleccionada do universo (população); é um subconjunto do universo”* (LAKATOS & MARCONI, 2003:223).

A amostra ainda pode ser considerada como o subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população (GIL, 1999).

Portanto, partindo do disposto no universo, a amostra compreende um total de 25 militares dos quais: 5 estudantes do segundo e 5 do terceiro anos; 5 aspirantes; 5 docentes militares dos quais 3 da especialidade em estudo; e 5 militares responsáveis pelo planeamento e direcção de aulas práticas de campo.

Tabela I: Amostra

Categoria	Número de informantes
Oficias da Academia Militar	5
Docentes militares	5
Aspirantes-à-oficias	5
Estudantes do 3º ano	5
Estudantes do 2º ano	5
Total	25

Fonte: Proponente

Quanto ao tipo, para esta pesquisa usou-se a amostragem estratificada que, segundo GIL (1999:102) *“caracteriza-se pela selecção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada”*.

Escolheu-se este tipo de amostra com a intenção de analisar o problema de forma universal e subdividida de acordo com o papel funcional de cada sector de informações de cada elemento seleccionado.

Tabela II: Relação entre universo da pesquisa, amostra e as técnicas de pesquisa

Categoria	Amostra	Técnica de pesquisa
Oficiais da AM	5	Entrevista
Docentes militares	5	Entrevista
Aspirantes-à-oficias	5	Questionário
Estudantes do 3º ano	5	Questionário
Estudantes do 2º ano	5	Questionário
Total	25	100%

Fonte: Proponente

CAPITULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Este capítulo esta inteiramente reservado a apresentação, análise, interpretação e a discussão dos dados obtidos através dos instrumentos de colecta de dados previamente seleccionados. De modo a garantir maior precisão na obtenção dos dados relativamente ao tema, foram usadas técnicas como a observação participante, a entrevista e o questionário.

LAKATOS & MARCONI (2003) afirmam que uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.

A análise e interpretação são dois processos conceitualmente distintos mas outrora estreitamente relacionados. Estes variam significativamente em função do plano de pesquisa.

GIL (1999:168) sustenta que *“a análise tem como objectivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema [...]. Já a interpretação tem como objectivo a procura do sentido mais amplo das respostas”*.

O agrupamento dos dados foi feita segundo as perguntas aos elementos da amostra, sendo que as respostas estão representadas em tabelas e gráficos de acordo com as hipóteses. Cada tabela ou gráfica apresenta valores numéricos e percentuais das quantidades de informantes relativamente a resposta dada a cada pergunta feita. Assim, recolheram-se dados de oficiais affectos na AM, aspirantes e estudantes do 3º e 2º ano respectivamente num total de 25 informantes de acordo com a amostra da pesquisa.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

A AM localiza-se na província de Nampula ao norte de Moçambique e esta inserida no do Bairro Militar. Quanto a localização geográfica, esta apresenta os seguintes limites:

- Norte: Rua dos Continuadores;
- Sul: Rua nº1050;
- Este: Praça dos Heróis;
- Oeste: Rua da Liberdade.

Figura I: Vista aérea da Academia militar

Fonte: Google Earth (em 12/10/2016, altitude de visualização: 1.07km)

3.1.1. Breve Historial da Academia Militar

As actuais instalações da AM foram construídas no tempo colonial, cita-se que até 1915, o local era habitado por populações de origem Makwa chefiadas por M'phula, pertencente a família Amilima, cujo nome foi adoptado pelos portugueses. Foi aqui onde começou a cidade de Nampula que outrora serviu de posto de Administração Colonial, no qual um português de nome Neutel de Abreu (Administrador do Distrito de Nampula na altura) veio a descansar numa árvore de figueira que até hoje sobrevive e construídas duas casas de alvenaria, onde actual posto médico servia de palácio, e actual casa de guarda servia de posto administrativo.

O nome da cidade deriva do nome de um líder tradicional M'phula ou Wampula, tendo sua origem a partir da ocupação militar na região, tendo-se estabelecido aqui um posto militar. A hegemonia da cidade de Nampula no cenário socioeconómico na região norte País, remonta há muito tempo, antes do século XV. Quanto a localização geoestratégica, a cidade de Nampula é um importante cruzamento de estradas que liga as províncias Centro ao Norte do país.

A povoação foi criada por uma portaria, a 22 de Agosto de 1920. Entre 21 de Julho de 1917 ao Julho de 1921 como sede do Comando Militar da Macuana, designação que era conhecida a

actual província de Nampula. As primeiras construções datam de 1907 com a construção do Comando Militar de Macuana, tornando-se mais tarde Quartel-general do exército português, onde foi planeada a grande operação No-Górdio em 1970. As instalações do quartel-general desempenharam um papel importante nos serviços coloniais, com ênfase para os comandos militares. E com o desenvolvimento histórico, a cidade tornou-se catalisador do processo de desenvolvimento socioeconómico da região Norte.

Em 30 de Outubro de 1934, a povoação foi elevada da vila de Nampula. Um ano depois, no dia 1 de Janeiro de 1935, a vila ascendeu a categoria da capital dos distritos de Moçambique e Niassa, que incluía as actuais províncias do Norte do país. A estrutura actual da cidade começou a ganhar forma de partir dessa altura. No dia 22 de Agosto de 1956, a vila ascendeu a categoria da cidade. Durante a década de 60, o crescimento da cidade era gradual, tendo-se instalado aqui comando militar português de forma definitiva. Com a proclamação da Independência Nacional a 25 de Julho de 1975, nas instalações do Quartel-general do Distrito do Norte, passaram a funcionar a polícia numa primeira versão do corpo directivo do País e também com o sentimento do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel.

Para responder a necessidade de formação de oficiais para a força regular do exército moçambicano houve uma necessidade de se criar uma Escola Militar (EM). Em 1990, a EM foi reconhecida oficialmente como instituição de ensino médio. Esta foi baptizada pelo nome do seu patrono Marechal Samora Machel através de um despacho interministerial (Ministro da Defesa Nacional e Ministro da Educação) numa cerimónia comemorativa dirigida pelo ex-presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

De acordo com o Decreto nº 62/2013, de 24 de Dezembro ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 14 da lei nº 5/2003, de 21 de Janeiro, surge a Academia Militar “Marechal Samora Machel”, herdeira dos ideais do seu patrono Samora Machel e nascida da extinta EM, visando formar oficiais de quadro permanente das FADM. Esta é uma Instituição de Ensino Superior virada no desenvolvimento de actividades de ensino, investigação e acima de tudo ao apoio a comunidade.

Figura II: Vista frontal da Academia Militar “Marechal Samora Machel”

Fonte: Captado pelo autor

Segundo o Diploma Ministerial do Ministro da Defesa Nacional, na AM são ministrados cursos de licenciatura que habilitam ao ingresso na classe de oficiais do quadro permanente, assim como poderão ser realizadas acções de formação que se revelem de interesse para o desenvolvimento dos conhecimentos militares. E, em conformidade com determinações específicas do Chefe do Estado-Maior General das FADM pode ainda realizar cursos da qualificação, actualização ou especialização de interesse para as FADM assim como ministrar cursos de preparação militar a licenciados por concurso, com vista obter conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício das funções da classe e do quadro especial a que se destinam, quando não obtidos no âmbito do disposto no n^o 1 do regulamento desta AM.

A AM, tal como outras instituições de ensino superior, goza da autonomia científica e pedagógica; autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e autonomia disciplinar. E isto vem disposto na Lei n^o 05/2003, nos seus artigos 4 a 8.

3.2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

3.2.1. Resultado da Observação

Os resultados obtidos através da observação permitiram constatar que as aulas práticas de campo na academia militar são ministradas, em maior parte, pelos docentes das cadeiras de acordo com o plano da aula por estes elaborado. Assim, durante a formação e em conformidade com o período delimitado no tema, algumas especialidades (como a Infantaria e a Artilharia Antiaérea) tinham aulas práticas no final de cada unidade temática. Os docentes e os directores do curso das especialidades, de acordo com os recursos disponíveis na unidade, executavam aulas no complexo do 3º acampamento, aprimorando os conhecimentos obtidos na sala de aula. Para outras especialidades (como a Infantaria), as aulas decorriam no campo táctico de Anchilo, onde os docentes da cadeira requisitavam transporte, armamento e capacetes para a execução das aulas.

Para a especialidade de Rec-to, as aulas caracterizavam-se por teóricas e as práticas eram ministradas somente no final de cada semestre. Pela natureza dessas aulas (baseadas em simulações), a falta de munições de salva contribuía para a ausência de aulas práticas.

3.2.2. Resultados do questionário e das entrevistas

A pesquisa tem como problema: Que factores contribuem para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar? Para dar uma resposta ao problema, foram elaboradas hipóteses passíveis de confirmação e colocadas questões e as respostas dadas de forma qualitativa.

3.2.2.1. Sobre a realização de aulas práticas na AM

De forma a saber se na AM são realizadas aulas práticas durante a formação dos futuros comandantes de pelotões de reconhecimento foram entrevistados e inquiridos 25 informantes tendo-se colocado a seguinte questão: *Durante a formação, os cadetes são submetidos a aulas praticas?*

Dos 15 informantes (5 aspirantes e 10 estudantes), 13 admitiram que sim, durante a formação os cadetes são submetidos a aulas praticas porem por um tempo muito escasso, 2 dos informantes a essa questão, negaram o facto, tendo afirmado por sua vez que os cadetes não são submetidos a aulas práticas durante a formação. Dos 10 officas entrevistados, as suas opiniões

relativamente a questão colocada, convergem no ponto em que os cadetes são sim ministrados aulas práticas, porem num tempo insuficiente para assimilar os conhecimentos teóricos obtidos na sala de aula. Estes afirmam que perde-se muito tempo incutindo teorias que não se revelam em contextos práticos. Assim pode-se concluir que de facto os cadetes são submetidos a aulas práticas, mas não com tempo suficiente para desenvolver capacidades exigidas em acções combativas e assimilar conhecimentos necessários para responder ao desenvolvimento de novas formas de combate.

3.2.2.2. Responsabilidade da realização de aulas práticas

Para compreender a quem cabe a responsabilidade da realização dessas aulas na AM, foram entrevistados 10 oficiais e questionados 5 aspirantes e 15 estudantes, colocando-se a seguinte questão: *Quem é responsável por realizar este tipo de aula nesta instituição?*

Tabela III: Respostas da pergunta sobre a responsabilidade da realização de aulas práticas

Amostra	Número de informantes/ Porcentagem	Respostas / Percentagem	
		Direcção Pedagógica	Docentes
Oficiais da AM	5 – 20%	1 – 4%	4 – 16%
Docentes militares	5 – 20%	2 – 8%	3 – 12%
Aspirantes-à-oficiais	5 – 20%	2 – 8%	3 – 12%
Estudantes do 3º ano	5 – 20%	1 – 4%	3 – 12%
Estudantes do 2º ano	5 – 20%	1 – 4%	4 – 16%
Total	25 – 100%	7 – 28%	17 – 68%

Fonte: Proponente

Como se pode observar com a tabela, nota-se que dos 25 informantes, 17 afirmam que a responsabilidade de planificação de aulas práticas de campo cabe aos docentes das cadeiras ou os directores de curso de cada especialidade, 1 estudante do 3º ano preferiu abster-se da pergunta não tendo respondido a questão. Os restantes 7 informantes afirmam que esta responsabilidade cabe a Direcção Pedagógica da AM. Em conclusão, pode-se de facto afirmar que os docentes têm extrema responsabilidade na realização de aulas práticas, se este não demonstra interesse, as mesmas não se materializarão.

3.2.2.3. Influência de aulas práticas no processo de ensino e aprendizagem

De forma a procurar saber sobre a influência dessas aulas no processo de ensino e aprendizagem, foram entrevistados 10 oficiais, questionados 5 aspirantes e 10 estudantes da especialidade, tendo deste modo se colocado a seguinte questão: *Na sua opinião, que influências apresentam as aulas práticas no processo de formação de futuros oficiais nesta AM?*

Dos 15 informantes questionados, todas suas ideias convergem no facto de que estas permitem uma boa assimilação de conteúdos teóricos, criando possibilidades de emprego de técnicas e desenvolvimento de capacidades no que concerne a acções combativas. Também para essa questão, dos 10 oficiais entrevistados, todos convergem na ideia de que estas aulas representam um papel extremamente importante pois, permitem desenvolver aos cadetes habilidades e capacidades que possam determinar o seu desempenho em acções combativas. Estas, permitem assimilar conhecimentos que possam servir de estimulantes para a tomada de decisão no teatro de operações. Com estas respostas chega-se a conclusão que as aulas práticas representam papel fundamental na formação de futuros comandantes na AM.

3.2.2.4. Sobre a natureza da não realização de aulas práticas

Neste aspecto, para compreender a natureza da não realização das aulas práticas na AM, foram entrevistados e questionados 25 informantes, e feita a seguinte questão: *Para o facto de não se realizarem este tipo de aulas, qual deve ser a génese do facto, a falta de material e condições, não se tem as mesmas como grande relevância, ou outra?*

Tabela IV: Respostas da pergunta sobre a natureza da não realização de aulas práticas

Amostra	Informantes/ Porcentagem	Respostas / Percentagem		
		Falta de material e condições	Não são revelantes	Falta de interesse dos docentes
Oficiais da AM	5 – 20%	3 – 12%	0 – 0%	2 – 8%
Docentes militares	5 – 20%	1 – 4%	0 – 0%	4 – 16%
Aspirantes-à-oficiais	5 – 20%	4 – 16%	0 – 0%	1 – 4%
Estudantes do 3º ano	5 – 20%	3 – 12%	0 – 0%	2 – 8%
Estudantes do 2º ano	5 – 20%	2 – 8%	0 – 0%	3 – 12%
Total	25 – 100%	13 – 52%	0 – %	12 – 48%

Fonte: Proponente

De acordo com a tabela acima, pode-se observar que de um total de 25 informantes, 13 destes admitem que a falta de material e condições são a gênese para que não se realize aulas práticas de campo na AM. Ao passo que 12 informantes, afirmam que a gênese deste facto esta na falta de interesse por parte dos docentes das cadeiras e dos directores de curso. No que concerne a relevância dessas aulas, todos admitiram que elas são extremamente relevantes no processo de ensino e aprendizagem principalmente em preceitos militares. Conclui-se assim que a falta de material, de condições e de interesse dos docentes podem de facto concorrer para que não se materializem aulas práticas de campo na AM. Mas importa referir que não basta se ter o material sem a motivação por parte dos docentes, se com os poucos recursos disponíveis na instituição os docentes estiverem bem motivados e interessados, essas aulas podem sim serem planificadas e realizadas. Dai que, o docente é o cérebro para a materialização de aulas praticas, ele é o responsável na formação e instrução dos seus estudantes, ele é o motivador, o impulsionador.

3.2.2.5. Impacto do volume de cadeiras leccionadas no contexto de aulas práticas

Neste aspecto, foram entrevistados e questionados 23 informantes, dos quais 8 oficiais, 5 aspirantes e 10 estudantes, tendo neste caso se colocado a seguinte questão: *Será que o número de cadetes e de cadeiras leccionadas podem contribuir para que não se realize aulas de campo com frequência?*

Tabela V: Respostas da pergunta sobre o impacto do volume de cadeiras leccionadas

Amostra	Número de informantes/ Porcentagem	Respostas / Percentagem	
		Sim	Não
Oficiais da AM	5 – 20%	2 – 8%	1 – 4%
Docentes militares	5 – 20%	2 – 8%	3 – 12%
Aspirantes-à-oficiais	5 – 20%	2 – 8%	3 – 12%
Estudantes do 3º ano	5 – 20%	4 – 16%	1 – 4%
Estudantes do 2º ano	5 – 20%	3 – 12%	2 – 8%
Total	25 – 100%	13 – 52%	10 – 40%

Fonte: Proponente

Pode se observar na tabela acima, num total de 25 informantes, 13 afirmam que sim, 2 não responderam a pergunta e 10 negam que o número de cadetes e de cadeiras leccionadas podem contribuir para que não se realize aulas práticas de campo. Ainda com estes resultados, foi possível constatar que o número de cadeiras influencia, também negativamente, pois estas limitam o tempo de disposição das cadeiras nucleares. Tem um número elevado de cadeiras que acaba comprometendo e comprimindo o tempo para as cadeiras de especialidade.

Os questionados afirmaram por sua vez que, mesmo com menor número de cadeiras assim como de cadete, sem a falta de material e de uma boa planificação não se pode proceder com a realização de aulas práticas. Outrora, outros afirmam que com o número reduzido de cadetes poderá facilitar o controlo e transmissão dos ensinamentos, que o excessivo número de cadeiras compromete a carga horaria.

3.2.2.6. Satisfação dos cadetes com aulas práticas

Com o objectivo de procurar saber sobre a satisfação dos cadetes no que concerne a aulas práticas de campo, foi colocada a seguinte pergunta: *Será que os cadetes sentem-se bem formados sem a componente prática?*

Para esta pergunta, foram questionados e entrevistados 25 informantes dentre 10 oficiais, 5 aspirantes e 10 estudantes tendo todos afirmando que não, sustentando que por se tratar de uma instituição militar, virada a formação de quadros, futuros comandantes de diferentes forças, não é possível exercer comando sem antes praticar, pois essa prática tem vista a assimilação de conteúdos teóricos, a componente prática releva o grau de prontidão das forças no âmbito combativo.

Dos 10 oficiais entrevistados, todos alegam que não pois não tem como os cadetes sentirem-se bem formados sem a componente prática. Estes sustentam que muitos dos que se sentem bem formados deve-se ao motivo o qual os levou a ingressar na AM. Alguns porque são filhos de oficiais e que este serve de caminho para alcançar os objectos já traçados pelos pais, para outros, a procura de emprego e o desinteresse na formação constitui um facto. Mas contudo, mesmo com estes factos descartáveis, não tem como alguém que não sabe como usar um simples bussola, ou carta achar que esta bem formado. Assim, os cadetes não se sentem bem formados sem a componente prática.

3.2.2.7. Exercícios de campo como forma de desenvolver aulas práticas de campo

Para perceber se o tempo concebido durante os exercícios de campo no final de cada semestre é suficiente para desenvolver actividades práticas e permitir uma boa formação de futuros comandantes, foi colocada a seguinte questão: *Na sua opinião, o período de estadia no campo no fim de cada semestre é suficiente para desenvolver aulas práticas desta especialidade (Reconhecimento de tropas) e permitir uma boa formação dos cadetes?*

Tabela VI: Respostas da pergunta sobre os exercícios de campo

Amostra	Número de informantes/ Percentagem	Respostas / Percentagem	
		Sim	Não
Oficias da AM	5 – 20%	0 – 0%	5 – 20%
Docentes militares	5 – 20%	0 – 0%	5 – 20%
Aspirantes-à-oficias	5 – 20%	1 – 4%	3 – 12%
Estudantes do 3º ano	5 – 20%	1 – 4%	4 – 16%
Estudantes do 2º ano	5 – 20%	1 – 4%	4 – 16%
Total	25 – 100%	3 – 12%	21 – 84%

Fonte: Proponente

Dos 25 informantes, 21 alegam que o período de estadia no campo no final de cada semestre não é suficiente para desenvolver aulas práticas da especialidade de Rec-to e permitir uma boa formação dos cadetes. Somente 3 informantes negam o facto, afirmando que este período é suficiente para desenvolver actividades práticas e 1 aspirante preferiu abster-se da pergunta.

Dos resultados constados, foi possível constatar que, apesar de a realidade já ter sido melhorada, naquele período não era possível desenvolver aulas práticas desta especialidade visto que, do período de estadia no campo muito tempo era destinado a aulas de Formação Militar Geral (FMG), comprometendo a realização de aulas de cadeiras nucleares. Os docentes eram obrigados a resumir a aula por eles planificada, abrindo espaço para improvisos e aulas não devidamente preparadas. A falta de material por parte do grupo de preparação física e treino militar constitui um factor determinante no desgaste do tempo que se ficava no campo, as aulas deixavam de ser planificadas, passando a ser repetitivas.

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que o tempo de estadia no campo não era suficiente para desenvolver-se aulas práticas e permitir uma boa formação dos futuros comantes de pelotão de Rec-to.

3.2.2.8. Papel das munições de salva no exercício de aulas práticas de campo

Neste aspecto, foram entrevistados 10 oficiais e questionados 5 aspirantes e 10 estudantes, tendo neste caso, de forma a perceber a influência das munições de salva, se colocado a seguinte questão: *O uso de munições de instrução ou de salva (vulgarmente chamadas de balcões) tem um papel contribuinte na realização de aulas práticas?*

Tabela VII: Respostas da pergunta sobre o papel das munições de salva

Amostra	Número de informantes/ Percentagem	Respostas / Percentagem	
		Sim	Não
Oficias da AM	5 – 20%	5 – 20%	0 – 0%
Docentes militares	5 – 20%	4 – 16%	1 – 4%
Aspirantes-à-oficias	5 – 20%	4 – 16%	1 – 4%
Estudantes do 3º ano	5 – 20%	5 – 20%	0 – 0%
Estudantes do 2º ano	5 – 20%	5 – 20%	0 – 0%
Total	25 – 100%	23 – 92%	2 – 8%

Fonte: Proponente

Como se pode observar, dos 10 oficiais entrevistados, 9 afirmaram que as munições de salva têm papel contribuinte na realização de aulas práticas de campo. Dos 5 aspirantes questionados, 4 responderam que sim, as munições de salva têm papel contribuinte. No que concerne aos estudantes, todos responderam que sim, essas munições exercem papel contribuinte. Apenas 1 oficial entrevistado e 1 aspirante questionado negaram que as munições de salva apresentam papel contribuinte na realização de aulas práticas na formação de futuros comantes de pelotões na AM.

Acoplados os dados das entrevistas e dos questionários, num total de 25 informantes, 23 afirmaram que as munições de salva tem papel contribuinte na realização de aulas praticas sustentando de um modo geral que estas permitem aproximar a realidade das acções combativas, aperfeiçoando o uso da arma e os movimentos de disparo das mesma.

3.2.2.9. Relação entre a teoria e o teatro de operações

De modo a compreender esta relação e qual é o impacto da mesma, foram entrevistados 10 oficiais e colocada a seguinte pergunta: *Pelo conhecimento e experiência que tem, como acha que os formados conciliam directamente a teoria no teatro de operações?*

Dos oficiais entrevistados, todos convergem na ideia de que trata-se de uma lacuna que tem contornos alarmantes, os formados mostram-se em grande parte com dificuldades no exercício de suas funções, um e outro conseguem conciliar a teoria no teatro de operações. As dificuldades notam desde a forma como são manejados e utilizados os materiais de combate. Sem que se pratique não há como se ter êxito em operações combativas, desde a forma como é feito o tiro, a maneira correcta do uso de uma simples bússola ou carta, até a forma como se rasteja ou se executa uma emboscada, todos esses aspectos carecem de uma preparação e prática constante, para que não se possam encerrar dificuldades num teatro operacional. Assim, conclui-se que com muita dificuldade os formados conciliam directamente a teoria no teatro de operações.

3.3. CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES

De forma a responder ao problema proposto, foram elaboradas 2 (duas) possíveis respostas as quais denominam-se hipóteses. Aqui essas hipóteses são confrontadas junto aos dados colhidos durante a pesquisa, através da observação, do questionário e das entrevistas seguida de uma sustentação bibliográfica de forma a melhor responder ao problema proposto.

A pesquisa teve por sua vez, as seguintes hipóteses:

- **O fraco asseguramento técnico e material contribui para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na AM.**

Para a realização de aulas práticas vários factores são determinantes, desde a própria criação de condições e boa disposição de material a ser usado durante o desenvolvimento das aulas. Um bom asseguramento técnico, principalmente por se tratar do local onde não desenvolvidas essas aulas na AM, tem extrema importância na realização dessas aulas. Pela natureza das práticas de Rec-to, um bom asseguramento material também não se distancia, pelo que permite desenvolver acções que permitem aproximar a realidade dos factos de um teatro de operações.

Esta hipótese foi confirmada pelo indicador que é a não assimilação de conteúdos teóricos e através dos seguintes pontos: **3.2.2.1, 3.2.2.2, 3.2.2.3, 3.2.2.6 e 3.2.2.8**, sendo que com a pesquisa foi possível constatar que o asseguramento técnico e material contribuem para a realização de aulas práticas de campo na AM, mas porém, o interesse dos docentes enaltecidos com a sua motivação pode impulsionar ainda mais na realização deste tipo de aulas, fortalecendo a formação dos cadetes. Com esses dados, pode-se considerar esta hipótese válida.

- **O excessivo número de cadeiras leccionadas durante o ano lectivo na AM contribui para a insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento.**

O volume de cadeiras e a carga horária são também factores determinantes na realização de aula práticas de campo na AM, se o tempo para cadeiras nucleares for condicionado pelo número das demais cadeiras, será portanto difícil ministrar aulas práticas. Algumas cadeiras de especialidade não apresentam tempo necessário para desenvolver os conteúdos que perfazem a essência da própria especialidade, isto porque existe um elevado número de cadeiras civis que suprime o tempo destas condicionando uma formação de qualidade aos cadetes.

Esta hipótese é confirmada pelo indicador que é a falta de carga horária para aulas práticas assim como pelos seguintes pontos: **3.2.2.4, 3.2.2.5 e 3.2.2.7**, sendo que na pesquisa foi possível constatar que o número de cadeiras e de cadetes pode influenciar na insuficiência de aulas práticas de campo durante a formação, porém, sem que o docente planifique aulas práticas e submeta o plano a Direcção Pedagógica, não se poderá realizar as mesmas. O docente assim como o director de curso é que tem a responsabilidade de proceder a planificação de aulas práticas de acordo com os recursos disponíveis na instituição, do número de instruendos e proporcionar um ambiente dinâmico de aulas. Com estes dados, pode-se admitir que esta hipótese é válida.

CONCLUSÕES

Atendendo aquele que foi o propósito da realização deste trabalho, subordinado ao tema: “Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar Marechal Samora Machel”, importa referir que as aulas práticas propiciam maior familiaridade entre os formandos e a situação real concreta. Com isto, os formados na AM dificilmente poderão conciliar a teoria no teatro de operações, daí que as actividades práticas frequentes permitirão desenvolver capacidades e domínio de várias situações que possam ocorrer.

Através de aulas práticas de campo, pode-se determinar o nível de percepção e adaptação dos formandos, contribuindo na correcção de erros, no desenvolvimento de capacidades e no aprimoramento de habilidades. A instrução destina-se a desenvolver no pessoal militar os conhecimentos técnicos e táticos elementares, que abrangem as matérias de carácter geral comuns a todos os ramos, bem como a assuntos elementares à Arma ou Serviço para os quais o instruendo é destinado.

Feita uma análise e um estudo aprofundado dos dados obtidos durante a realização do trabalho, conclui-se que a razão da insuficiência de aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de Rec-to na AM, deve-se:

- Ao défice no material de instrução, equipamento de treino militar e execução de aulas (como cartas actualizadas, bussolas, GPS, munições de salva, entre outros);
- Dificuldades na aquisição do asseguramento técnico e logístico (transporte, alimentação no campo, água e outros recursos necessários);
- A falta de planificação destas aulas por parte dos docentes das cadeiras, causados em maior parte pela falta de interesse e motivação destes;
- Ao excessivo número de cadeiras leccionadas, comprometendo a carga horária dos estudantes e enfraquecendo o tempo para as cadeiras nucleares;

SUGESTÕES

Espera-se que com o resultado da pesquisa, se possam criar acções determinantes de modo a permitir que haja aulas práticas de campo com maior frequência, permitindo uma melhor formação aos cadetes futuros comandantes de pelotões de Rec-to. Assim, com os resultados da pesquisa e de forma a colmatar o problema constatado, o proponente sugere:

- Uma revisão curricular, de modo a suprimir se necessário, algumas cadeiras que não apresentam pertinência na especialidade, ou o aumento de mais um ano na formação de cadetes, passando de 4 para 5 anos;
- Aquisição e actualização de meios de instrução (munições de salva, cartas, bussolas), acompanhando a evolução e a dinâmica das novas formas de combate e novas tecnologias de uso dos mesmo;
- Aquisição e exploração das novas tecnologias de geolocalização (como GPS e drones);
- Que a planificação de aulas práticas de campo por parte dos docentes seja de carácter obrigatório, mesmo se necessário no complexo do terceiro acampamento, utilizando os recursos disponíveis na instituição.

BIBLIOGRAFIA

ANDER-EGG, E. (1978), *Introdução as técnicas de investigação social: para trabalhadores sociais*, 7ª edição, Buenos Aires: Humanitas.

AURÉLIO B. F. (2004), *Dicionários Aurélio da língua portuguesa*, 3ª edição, Editora Positivo.

BELLO, J. P. (2007), *Metodologia Científica: Manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses*. Universidade Veiga de Almeida - UVA, Rio de Janeiro.

FACULDADE META (2012), *Manual de normas técnicas para elaboração de monografia*. Rio Branco - AC

GAGNÉ, R. (1971), *Como se realiza a aprendizagem*. Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro.

GIL, A. C. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 5ª edição, São Paulo: Atlas.

_____ (2002), *Como elaborar projectos de pesquisa*, São Paulo: Altas.

GOMES, L. F. (2010), Conceito de municação. Jusbrasil. Acedido a 13 de Setembro de 2016 em: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121827633/coneito-de-municao>.

HODSON, D. (Vol. 20). (1998), *Becoming critical about practical work: changing views and changing practice through action research*. International Journal of Science Education.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (2003), *Fundamentos de metodologia científica*, 5ª Edição, São Paulo: Atlas.

LIBANEO, J. C. (1994), *Didáctica*, São Paulo: Cortez.

LIMA, D. B.; GARCIA R. N. (Vol. 24). (2011), *Uma investigação sobre a importância das aulas praticas de Biologia no Ensino Médio*, Cadernos de aplicação, Porto Alegre.

LUNETTA, V. N. (Vol. 2). (1991), *Actividades práticas no ensino da Ciência*. Revista Portuguesa de Educação, Lisboa.

MANUAL DE CAMPANHA C 20-1 (2003), *Glossário de termos e expressões para o uso no exercito*, ESTADO-MAIOR DO EXERCITO, 3ª Edição.

ME-10-00-06 (2000). *Manual do Oficial de Estado-maior*. INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES. Lisboa: Autor.

NOTAS PARA O ESTUDO DAS INFORMAÇÕES (2004), INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, Lisboa: Autor.

PILETTI, C. (2004). *Didática Geral*. 23 edição, Editora Ática, São Paulo.

RC-130-1 (Vol. I). (1987). *Operações*. Lisboa: Autor.

_____ (Vol. 2). (2005). *Operações*. Lisboa: Autor.

RICHARDSON, R. J. (1985), *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*, 3ª Edição, Editora Atlas, São Paulo.

SANTOS, R. (2011), *M211 - Elementos de Armamento*, Manual do aluno, Edição 2010/11.

SILVA, E. L.; MENESES, E. M. (2001). *Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3ª edição, Florianópolis. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

SOARES, V.H. V.; ADELINO, E. A. N. (Vol I). (1962), *Dicionário de Terminologia Militar.*, AM, Edição dos Autores.

TAKAHASHI, R. T.; FERNANDES, M. F. P. (Vol. 17). (2004), *Plano de aula: conceitos e metodologia*. São Paulo.

APÊNDICES

Apêndice A: Entrevista dirigida a oficiais

ENTREVISTA

A presente entrevista subordinada ao tema “*Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar “Marechal Samora Machel” (2014-2015)*”, enquadra-se no âmbito da elaboração de uma na pesquisa e realização do trabalho de investigação para a obtenção do grau de Licenciatura em ciências militares na especialidade de Reconhecimento de Tropas. Garante-se a confidencialidade das declarações prestadas por parte dos entrevistados.

1. O que entende por aulas práticas?
2. O que este tipo de aula representa no processo de ensino e aprendizagem?
3. Durante a formação, os cadetes desta Academia Militar são submetidos a aulas práticas de campo? Se não, porque?
4. No concernente a realização deste tipo de aula nesta instituição, de quem é a responsabilidade?
5. Na sua opinião, que influências apresentam as aulas praticas no processo de formação de futuros oficiais nesta Academia Militar?
6. O uso de munições de instrução (ou de salva) tem um papel contribuinte na realização de aulas práticas?
7. Para o facto de não se realizarem este tipo de aulas, qual deve ser a génese do facto?
8. Será que o número de cadetes e de cadeiras leccionadas podem contribuir para que não se realize aulas de campo com frequência? Porque+?
9. O período de estadia no campo (no fim de cada semestre) é suficiente para desenvolver aulas práticas desta especialidade e permitir uma boa formação dos cadetes?
10. Pelo conhecimento e experiencia que tem, como acha que os formados conciliam directamente a teoria no teatro de operações?
11. Será que os cadetes sentem-se bem formados sem a componente prática?
12. Para terminar, na sua opinião que medidas deveriam ser tomadas para que a Academia Militar passe a ministrar aulas práticas com maior frequência?

Apêndice B: Questionário dirigido a aspirantes e estudantes

QUESTIONÁRIO

O presente questionário subordinado ao tema “*Aulas práticas de campo na formação de comandantes de pelotões de reconhecimento na Academia Militar “Marechal Samora Machel” (2014-2015)*”, enquadra-se no âmbito da elaboração de uma na pesquisa e realização do trabalho de investigação para a obtenção do grau de Licenciatura em ciências militares na especialidade de Reconhecimento de Tropas. Garante-se a confidencialidade das declarações prestadas.

Sendo assim, com maior clareza e objectividade, marque com “X” a opção correspondente a sua opinião e responda as perguntas que lhe são colocadas.

1. O que entendes por aulas práticas?

2. Durante a formação, os cadetes são submetidos a aulas práticas?

a. Sim ()

b. Não ()

3. Quem é a responsável por realizar este tipo de aula nesta instituição?

4. Na sua opinião, que influências apresentam as aulas práticas no processo de formação de futuros oficiais nesta Academia Militar?

5. Para o facto de não se realizarem este tipo de aulas, qual deve ser a génese do facto, a falta de material e condições, não se tem as mesmas como grande relevância, ou outra?

6. Será que o número de cadetes e de cadeiras leccionadas podem contribuir para que não se realize aulas de campo com frequência?

a. Sim ()

b. Não ()

c. Porquê?

7. Será que os cadetes sentem-se bem formados sem a componente prática?

a. Sim ()

b. Não ()

c. Porquê?

8. Na sua opinião, o período de estadia no campo no fim de cada semestre é suficiente para desenvolver aulas práticas desta especialidade (Reconhecimento de tropas) e permitir uma boa formação dos cadetes?

a. Sim ()

b. Não ()

c. Porquê?

9. O uso de munições de instrução ou de salva (vulgarmente chamadas de balcões) tem um papel contribuinte na realização de aulas práticas?

a. Sim ()

b. Não ()

c. Porquê?

10. Que melhorias espera que fossem implementadas de modo a permitir uma boa formação de futuros oficiais comandantes de pelotões de Reconhecimento na Academia Militar?